

Os problemas da desumanização, do assujeitamento e das resistências frente aos imperativos socioeconômicos atuais: considerações sobre as relações sociais e de trabalho

MARCOS MARIANI CASADORE*

MATHEUS FERNANDES DE CASTRO**

Resumo: Na sociedade atual, as ideias de realização, frustração, sucesso ou fracasso não só obedecem a uma lógica neoliberal que mantém sua hegemonia no domínio das relações de poder como ficam, ainda, estabelecidas como responsabilidade dos próprios sujeitos. A ascensão de uma cultura individualista traz consigo a primazia do indivíduo sobre o coletivo, e da competição sobre a cooperação. De maneira mais ou menos generalizada, as exigências que a sociedade e o mercado estabelecem com relação ao trabalhador ficam num patamar ideal e de excelência inalcançável – servem também à composição de um sistema de (auto-)exploração que funciona num nível imaginário e de caráter narcisista, no qual as exigências com o desempenho profissional se sobrepõem às demais experiências: uma espécie de naturalização de sacrifícios pessoais em prol de compromissos relacionados ao trabalho. O mal-estar atual inerente à organização do trabalho e às questões do consumo e da aparência assume novas formas e a angústia e sofrimento consequentes acabam por dominar o sujeito: a ideia, por fim, é que tenhamos condições, perante as imposições culturais de um modo hegemônico de produção, para desenvolvermos pensamentos e posicionamento críticos mais conscientes e que prezem também pela saúde, pelas relações “desinteressadas” e pelo tempo livre.

Palavras-chave: Identidade; Relações interpessoais; Produtivismo; Cotidiano.

The dehumanization, subjugation and resistance issues faced to the current socio-economic imperatives: considerations on social and work relationships

Abstract: In today's society, ideas of achievement or frustration, success or failure not only follow a neoliberal logic that maintains its hegemony in the command of power relations but is also established as the responsibility of the subjects themselves. The rise of an individualist culture brings the primacy of the individual over the collective, and competition over cooperation. Generally comprehended, demands that society and the market orientated to the worker are at an ideal level of unreachable excellence - they also compose a system of (self) exploitation that act in a imaginary layer and narcissistic guise, which professional performance overlap other experiences: a kind of naturalization of personal sacrifices in favor of work-related commitments. The current malaise inherent in the organization of work and issues about consumerism and appearance takes on new forms and consequent anxiety and suffering, that end up dominating the subject: lastly, the idea is that we have to set up conditions, whereas the cultural impositions of a hegemonic mode of production, to develop more aware thoughts and critical positions that also value health, "disinterested" relationships and free time.

Key words: Identity; Interpersonal relationships; Productivism; Everyday life.



* **MARCOS MARIANI CASADORE** é Doutor em Psicologia (Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis); professor substituto na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis).



** **MATHEUS FERNANDES DE CASTRO** é Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Assistente do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da UNESP de Assis.



Foto: Jr. (Fonte: <https://www.instagram.com/p/BGmB0HlxBLr/?taken-by=jr>)

Há uma relação imbricada entre as configurações do mundo do trabalho e as estruturas sociais e culturais, especialmente no que tange às modalidades de vinculação e construções identitárias. Singer (2001) propõe uma distinção da interação social a partir de duas frentes “antagônicas”: a primeira, que denomina como *competitiva*, se referiria mais à maioria das práticas econômicas e políticas, de trabalho, tão características em nossa sociedade capitalista; a segunda, *solidária*, se aproximaria de algumas atividades relacionais familiares e comunitárias. Salienta que a contradição entre competição e solidariedade se faz presente na vida cotidiana dos indivíduos, em seu desempenho de papéis sociais – e, apesar da “regra” de

sociabilidade clamar mais pela competição (e fazer com que esta tenda a se sobrepor à solidariedade, mesmo em situações que possam requerer atitudes de ordem mais cooperativa), é necessário que haja uma alternativa às ações estritamente individualistas: “uma sociedade que levasse o individualismo e a competição como *norma de sociabilidade* às últimas consequências pereceria em pouco tempo. Alguma solidariedade, alguma *relação desinteressada* e altruísta é indispensável à reprodução de qualquer sociedade” (SINGER, 2001, p. 100, grifos nossos).

A prevalência, porém, é das ações competitivas. Associadas diretamente ao modo de produção capitalista e à

formatação da maioria das relações de trabalho, estendem-se, ainda, para outros âmbitos da vida e do convívio social – integram um discurso comum, estruturam uma lógica de vinculação e sociabilidade instaurada e, de certo modo, imperativa, tácita e inconscientemente aceita. Cabe, ainda, ressaltar outro componente inerente à competitividade: como afirma o autor, toda competição é sempre *destrutiva* (dada sua dinâmica, na definição de vencedores e vencidos, e finalidade, com a busca da ascensão e “eliminação” de um adversário); é uma relação atravessada pela lógica do capital e pela busca ao poder. Enriquez (1997) ressalta, por exemplo, dentre outras características inerentes a esse modo competitivo de relação profissional/social, a postura estratégica do sujeito que, para “vencer”, precisa ter controle sobre suas emoções – saber ser apático e frio, exercer bem a teatralidade e, ainda, seduzir/erotizar e, assim, controlar o outro, a fim de alcançar aquilo que busca. Construídas com cuidado e de maneira ensaiada, evitariam a espontaneidade para precaver a vulnerabilidade. Para contrapor a denominação dada por Singer e apresentada acima, essas seriam as relações “de interesse”, que buscam vantagens, ganhos e têm segundas intenções.

As mudanças e transformações recorrentes ao que poderíamos denominar como mundo do trabalho moderno ilustram sua complexidade e natureza essencialmente transitória, compreendido, portanto, num processo de reformulação constante. Não é o escopo desse artigo aprofundar e direcionar sua discussão às reestruturações da organização do trabalho, embora seja sempre necessário ressaltar que as experiências subjetivas e até mesmo as dinâmicas sociais

correspondam intimamente aos modos de produção e consumo estabelecidos culturalmente. Em nossa história recente, percebemos que as ciências e a tecnologia investem seus esforços em prol da *produtividade* – a ascensão da automatização e da informatização surge como um grande diferencial, por exemplo, para o modo de compreensão do sujeito sobre sua formação pessoal e profissional.

Antunes (1999) aponta, dentre uma série de mudanças recentes encontradas na organização do trabalho atual, algumas que nos auxiliam no esclarecimento das discussões deste estudo: a intensificação das *condições* de exploração da força de trabalho, em prol do “produtivismo” e da eliminação do que denomina como “trabalho improdutivo”, por exemplo, aparece como central. Arelada a isso, a desregulamentação crescente das leis e direitos trabalhistas e a consequente fragmentação e desarticulação da classe trabalhadora como grupo/coletivo dificultam a anteposição crítica e resistente a essas modificações. Essas questões vêm ao encontro do que, atualmente, aparece como uma espécie de apologia ao individualismo e reverberam uma forte primazia narcisista em nossa cultura. O isolamento e a solidão, a individualidade, tendem a destruir o que é da ordem da comunidade/do comum e a proximidade com o outro.

Os modelos de relação social, por fim, tomam como referência os modos de relação no trabalho: são construídos e reformulados conjuntamente, com princípios e valores muitas vezes compartilhados. Mas, como sugere De Masi (1999), a organização social não acompanha tão facilmente o progresso tecnológico, com as máquinas mudando mais rapidamente que os hábitos e normas. Segundo o autor, não é um

problema reconhecer no trabalho uma “fonte” de socialização e identidade – sua importância para o desenvolvimento social, por um lado, e para a constituição de subjetividade e atribuição de sentido às atividades de produção é essencial e mantém-se como central em nossa sociedade. Evidenciá-lo, porém, como fonte principal ou exclusiva para o estabelecimento de vínculos interpessoais e organização identitária limitaria em muito o potencial criativo e a possibilidade de construção de vínculos mais espontâneos, “desinteressados” e não necessariamente impostos. A representação social dos modelos culturais empresariais, do chamado “empreendedorismo”, passa a ser também uma espécie de modelo de conduta ideal/almejado pelo indivíduo – Bendassolli (2007) vai denominar como *ethos gerencialista* (numa cultura do *management*) aquele que incide sobre características pessoais do profissional e reafirma tais princípios, como a crença na independência de suas ações e a confiança em seu próprio “capital social e humano” (p. 250).

Percebemos, assim, que o trabalho não existe simplesmente numa dimensão técnica, instrumental, mas, sobretudo, como força de formação identitária e de vínculos, e produzindo não só produtos e serviços, mas sentidos e valores. Ao considerarmos o sistema capitalista que consolida as relações hegemônicas de produção, percebemos que também estamos envolvidos a uma ideologia que preza pela manutenção destas condições de organização social. Esses são os valores compartilhados e comumente reproduzidos, por fim, num movimento que se faz pouco crítico ou resistente – os processos de subjetivação tendem a ser “massificados”, bem como a intelectualidade e o posicionamento político do indivíduo, quando não se fomenta nenhum tipo de

problematização ou questionamento, ou seja, quando ficam em segundo plano uma formação pessoal e profissional que priorize e potencialize a autonomia e a criatividade, ao invés da simples reprodução.

Cabe, aqui, salientarmos algumas questões concernentes à vivência do indivíduo diante desse cenário: para tanto, emprestamos algumas definições de Han (2015) que nos ajudam a caracterizá-lo. Segundo o autor, em nossa sociedade atual, perde-se as noções de “alteridade” e “estranheza”, substituídas por alguma coisa que, por mais que se caracterize como diferente ou mesmo exótico, não reflete uma verdadeira oposição ou divergência; em linhas gerais, poderíamos dizer que aquilo que aparece como “diferente” ou inovador, incentivado, inclusive, pelo discurso capitalista, em nada modifica as próprias condições do trabalho ou o modo de organização de suas relações, da oferta de serviços, da produção – ao contrário, são ações que fortalecem a manutenção de um mesmo modo de operação. Não se caracterizam, portanto, como uma “verdadeira” diferença, da ordem do criativo e do imprevisto, mas como uma certa excentricidade já esperada pelo próprio sistema e, portanto, sob seu controle.

Han (2015) também afirma que nessa dinâmica social há uma pobreza de “negatividades” (algo próximo à resistência) em prol do domínio do igual e de um excesso de positivities (como reafirmação e aceitação). Isso faria com que novas formas de violência aparecessem recorrentemente, atreladas à vivência da exaustão e da saturação. Nessa falta de potencial “negativo” e da capacidade de hesitar e se recusar a fazer algo, incorreríamos numa condição hiperativa que o autor caracteriza como

“fatal” e que não admite nenhuma ação livre.

Poderíamos afirmar, também numa perspectiva mais “panorâmica” de análise conjuntural, que as exigências estabelecidas pela sociedade e pelo mercado com relação ao sujeito/trabalhador se situam num patamar idealizado e inalcançável, numa espécie de “culto à excelência” mais imaginário que real. Além disso, preconiza-se o senso estético e não crítico ou ético – a sobreposição da imagem e da “aparência” às demais instâncias da experiência concentra a essência da ideia de excelência – como aponta Ehrenberg (2010), é o culto da performance, que vêm associado à ideia do empreendedorismo (e à exaltação do trabalhador-empendedor multifuncional, proativo, corajoso e competente). Esse outro *status* de caracterização do “bom trabalhador” como autônomo e inovador, e não simplesmente como um operário obediente, modifica somente as linhas de expressão do assujeitamento e da alienação, mas se mantém longe ainda de significar um posicionamento emancipatório, consciente, crítico e livre por parte dos sujeitos.

Como caracteriza Han (2015), no que denomina como “sociedade de desempenho”, os sujeitos da produção e do desempenho continuam disciplinados e ainda atuam sob o imperativo do dever, embora obedeçam a outros discursos que estariam presentes numa espécie de inconsciente social atual. Como consequência, apareceria um movimento de (auto-)exploração que levaria o trabalhador, em última instância, à invalidez e à depressão, ao fracasso e ao adoecimento, quando impossibilitado de concretizar tudo o que deveria cumprir e esgotado “de fazer e de poder” (p. 29).

Na sociedade de desempenho, “hiperativa” e individualizada, surgiriam essas novas formas de *coerção*, referentes à cobrança excessiva e auto-exploração (e ilusoriamente associadas à liberdade). Cabe, ainda, salientar a crítica feita à questão das multitarefas: Han (2015) as coloca como um claro retrocesso, e não como avanço ou progresso civilizatório, como comumente são caracterizadas. O excesso de estímulos, informações e impulsos nos levaria à “estupidez da [ação] mecânica” (p. 53): quanto mais ampla e exigente for a atenção, também mais rasa é nossa vivência e percepção. Com preocupações insurgentes e emergenciais e pouco espaço para um “bem-viver” contemplativo, que preze por desempenhos criativos e um verdadeiro progresso cultural, experimentamos a inquietação como normativa – responsável pela reprodução e aceleração daquilo que já existe, e não pela construção do novo. Como alerta, o autor, “a vida humana finda numa hiperatividade mortal se dela for expulso todo elemento contemplativo” (HAN, 2015, p. 37).

Algumas das questões apontadas pelo autor supracitado vêm sendo denunciadas já há muito tempo. Weil (1979), ao sair zona de conforto do trabalho intelectual e acadêmico, se inserindo dentro das fábricas de sua época, na França, na primeira metade do século XX, nos mostra como seu cotidiano foi totalmente alterado pelo trabalho fabril. Filósofa, formada por uma das mais renomadas universidades do mundo (Sorbonne), ao adentrar no trabalho fabril se viu por muitas vezes incapaz de pensar e refletir sobre sua vida, devido ao ritmo intenso da produção industrial. O cansaço, a fome, o frio, a opressão, o medo e a desesperança compõem um cotidiano avesso à contemplação do mundo e de si

mesmo e abrem caminho para as patologias físicas e psíquicas. O sujeito entra em um caminho de morte e aniquilação da sua humanidade e, por muitas vezes, se sente inferior às outras pessoas, levando o efeito das humilhações sofridas diariamente no ambiente de trabalho para as relações pessoais, na cidade e outros espaços.

O que há de novo em sua análise não foi somente a coragem de se integrar ao mundo produtivo, mas o que isso permitiu: olhar para ele a partir do cotidiano e suas contradições, submeter seu corpo ao controle e à opressão das máquinas e dos supervisores e encontrar alento, casual e gratuito, na solidariedade dos cuidados e olhares dos colegas de trabalho. Em uma análise microssocial que evidenciou o cotidiano a partir do cotidiano, pôde estar perto dos fatos que são escondidos pela distância dos espaços, como, por exemplo, o espaço acadêmico e o espaço de trabalho.

No Brasil, um estudo de Martins (2008) também conta com a convivência do intelectual dentro da organização, como trabalhador, em uma perspectiva um pouco diferente: o autor trabalhou no escritório da fábrica que pesquisou quando adolescente e depois voltou como sociólogo, anos mais tarde, tomando-a como objeto de estudos. Ele mostra como as contingências organizacionais atingem o simbólico, afligindo os trabalhadores de tantas formas que algumas se tornam invisíveis, ocultas pela máscara da insignificância. Resgatando a vida cotidiana dentro de uma fábrica do ABC paulista, ressalta como as transformações do sistema produtivo – em busca de maior produtividade, através da transferência do saber do trabalhador para a empresa e do aumento dos mecanismos frios de controle – levaram os trabalhadores ao sofrimento, culminando no relato da

aparição do demônio na fábrica, no meio da linha de produção.

O mal-estar que se apoderou das relações pessoais e das formas de trabalho, dentro de uma fábrica – considerada pelos trabalhadores, à época, extremamente avançada no que tange ao gerenciamento dos recursos humanos – levaram as pessoas a uma incompreensão das fontes de seu sofrimento e insegurança, gerando um vazio que afetou severamente as relações dentro da fábrica. Tal vazio só foi preenchido por conteúdos que, num primeiro momento, parecem externos à organização, ou seja, pelo simbolismo de uma comunidade – que era majoritariamente católica, de origem campesina e vivia ao lado (de fora, no bairro) –, com a imagem do demônio, verve de todo o mal no dualismo religioso.

Um dos pontos altos dessa obra prima da sociologia do trabalho brasileira é a articulação das relações sociais *intra* e *extra* fábrica, vividas pelos operários. Ao focar sua análise na dimensão cotidiana do trabalho, o autor consegue arrebentar as fronteiras fictícias dos muros da fábrica com seu entorno, mostrando nitidamente os reflexos das relações de trabalho na vida pessoal e vice-versa. Ao fazer a análise acadêmica do fenômeno da aparição do demônio, resgatando um momento em que a fábrica passava por uma reengenharia produtiva, consegue realçar seus impactos no cotidiano fabril alterando os espaços, os instrumentos de trabalho, o ritmo, as relações de poder, bem como seus impactos na vida dos trabalhadores, muitos dos quais eram parentes diretos e indiretos, quase todos vizinhos entre si e moradores dos arredores da fábrica. Analisa como as mudanças organizacionais levaram a instabilidades e alterações na vida familiar e comunitária dos trabalhadores. Mostra, por fim, que esta dimensão de

suas vidas, com toda a sua complexidade, tinha invadido a fábrica, em um primeiro momento, e organizava as relações pessoais e técnicas, o que se alterou drasticamente diante da reestruturação produtiva.

Dentro do antigo sistema produtivo era a figura do Mestre que detinha todo o conhecimento técnico necessário para organizá-lo, o que lhe conferia um grande poder dentro da fábrica. Suas posições organizacionais lhes conferiam poder também na comunidade do bairro, pois tinham grande influência na contratação e na manutenção dos trabalhadores em seus empregos. Amigos e parentes eram vínculos externos comuns dentro deste ambiente fabril. Contudo, com a reestruturação produtiva o saber dos mestres passa a pertencer às fábricas, pelo intermédio do saber e da ação dos engenheiros, desorganizando severamente o modelo das relações existentes até então. A reestruturação produtiva significou também uma reestruturação nas relações pessoais dentro e fora da fábrica.

No entanto, apesar de fortemente atingida pelas transformações organizacionais, é a vida comunitária do bairro, da família e da religião, com toda sua carga identitária, que vai compor a solução para os sofrimentos dos operários. Neste exemplo, através do simbolismo cristão, recorrem à figura demoníaca como explicação para sofrimentos que não conseguem compreender, mas que são impingidos pela organização na busca do lucro que ajuda a construir e que contraria os preceitos da religião que professam, por condenar a adoração ao vil metal. Assim, aqui observamos um choque frontal de dois produtos culturais de nossa sociedade: a busca pela otimização dos ganhos materiais, preconizada pelos princípios econômicos, e o desapareço

material da religião católica. Tal contradição, que há muito convive em nossa sociedade, encontrou algumas formas para ser resolvida e, dentre elas, a celebração de ritos e festas de purificação dos bens adquiridos com o trabalho fazem parte do cabedal da cultura popular. A realização de uma missa dentro da fábrica foi a forma encontrada para a superação deste fenômeno, tomado, à época, como algo de menor importância por muitas das pessoas que ali trabalhavam e estavam preocupadas e inquietas com as transformações no processo produtivo. E é justamente o fato de ser tomado como insignificante que faz desse fato algo importante para a nossa análise.

Segundo Martins (2008), quando retorna à fábrica que havia trabalhado, quando adolescente, para pesquisar a aparição do demônio, quase todos os remanescentes da época não se lembravam do fato. Outros pesquisadores passaram por lá e desenvolveram suas pesquisas sem sequer serem informados sobre isso, reiterando a não importância atribuída ao fenômeno por parte dos trabalhadores ao longo do tempo, pois ele se dissolveu na história organizacional. Muitos, no entanto, se lembravam com detalhes das transformações no processo produtivo, resgatando com clareza pormenores das novas máquinas e dos problemas técnicos advindos das mudanças. Tal situação nos mostra que as questões tecnológicas e econômicas foram tomadas pelas pessoas como mais importantes do que o sofrimento humano e suas insinuações em nosso cotidiano. Olhamos muito pouco para nossos problemas, para nossa vida e exacerbadamente para o progresso econômico e tecnológico: a dimensão humana vem sendo tomada como algo menor, ínfimo diante dos desafios da atualidade.

Misturamos nossa vida ao trabalho de tal forma que costumamos olhar o mundo como um emaranhado de problemas técnicos e desafios de acumulação de saber-fazer para resoluções e avanços científicos e tecnológicos. Ao lado disso, estamos aprendendo e ensinando a desvalorização de velhos hábitos e ritos sociais, comprometendo nossa humanidade, nossa identidade e nos afundando no consumo de medicamentos, como nos mostra Birman (1997). Como cientistas, não deixamos de ser trabalhadores e membros dessa sociedade, desvalorizando, assim como os trabalhadores citados acima, fatos que parecem menores ao crivo de nossos métodos de pesquisa. Quando olhamos para o trabalho e vemos a relação das pessoas com ele, nos acostumamos a padronizar e sistematizar informações levantadas sobre as relações de inúmeras variáveis que compõem essa realidade e, geralmente, enxergamos o trabalhador destituído de sua complexidade e parte de uma organização de trabalho que o engloba totalmente, determinando suas tarefas, gestos e movimentos.

Ao retomar as configurações históricas da Psicologia Organizacional e do Trabalho e seus desdobramentos, Spink (1996) toma a organização como um fenômeno psicossocial e nos propõe uma nova forma de valorização do humano e das relações sociais no trabalho. Ele evidencia nossas dificuldades como cientistas em compreender as resistências que se apresentam no cotidiano e possibilitam o equilíbrio necessário para a sobrevivência. Sua obra não nos leva a nenhum tipo de salvação, pois não se trata de nenhum tipo de redenção unívoca dos problemas, mas nos possibilita novas formas de pensá-lo: não somos fruto dos diferentes tipos de empresas, de engenharias produtivas, somos nós mesmos tudo isso, somos nós mesmos toda a contradição,

pois o cotidiano de trabalho e, portanto, a organização são os resultados de nossas negociações cotidianas. Esse pensamento não invalida o fato de que as organizações e suas convenções, bem como nossa economia e política interferem nas relações de trabalho e comunitárias, mas nos possibilita entender que nossas ações cotidianas compõem todas essas coisas, elas impactam e constroem nossa existência individual e coletiva. Portanto, se aprendemos a reproduzir estatutos que nos aprisionam e empobrecemos nossas relações cotidianas de criatividade e contemplação, isso também é nossa responsabilidade. Essa ideia, ao focar o cotidiano, radicaliza a noção de ator social referente às pessoas que trabalham.

Não podemos, contudo, levar essa compreensão de forma ingênua e desavisada, pois a noção de protagonismo ganha diversas direções. O fato de nos compreendermos responsáveis por nossas ações bem como pelas suas consequências não pode nos cegar para as corresponsabilidades. Um discurso que não permita compreender o fato de que nossas ações são negociações, nos levaria a afirmar um discurso muito recorrente na área da saúde do trabalhador e a culpabilizar a vítima por seus adoecimentos ou acidentes (PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011). Dessa forma queremos ressaltar que não se trata nem mesmo de um determinismo total do meio sobre o sujeito, nem mesmo o contrário, mas uma negociação, uma barganha constante que de forma alguma supõe a igualdade de forças dos negociantes.

Sobre essas negociações cotidianas e a maneira como as relações de poder se dão, gostaríamos de destacar o trabalho de Certeau (1994). Ao apontar uma

assimetria muito grande entre as forças econômicas, políticas, tecnológicas e o sujeito, nos mostra as maneiras como as pessoas têm agido no sentido de encontrar alternativas para viver dentro de nossa sociedade, resistindo a ela de dentro dela, sem negá-la ou subvertê-la totalmente, mas longe da passividade e compondo o quadro atual das relações sociais, em nossa cultura ocidental.

Para o autor, se o domínio e o controle de povos, comunidades e culturas por parte dos preceitos produtivos contemporâneos e seus produtos culturais parece, de certo modo, inefável, existe, contudo, uma possibilidade de se insinuar a criatividade no terreno do outro, no campo do inimigo, aplicando golpes rápidos e táticos, astutos e que consigam vantagens fugazes, como pequenos escapes, que muitas vezes passam despercebidos pelos olhos vigilantes do controle. Dentro da Psicologia do Trabalho existem algumas pesquisas que se utilizaram desse referencial teórico e analisaram as práticas cotidianas de trabalhadores que se insinuem na atual configuração do mundo do trabalho. Eles nos permitem compreender que apesar de uma tendência homogeneizante, resistem antigas lógicas sociais como a cooperação e a solidariedade, mesmo no reinado da competição, do controle e do individualismo exacerbados. Tais práticas nos remetem ao equilíbrio necessário tratado por Singer (2001) e citado aqui, no começo de nosso texto. Essas práticas se assemelham em significância ao fato analisado por Martins, pois são frutos da mesma árvore. Nos habituamos a não prestar atenção às questões humanas, ou à humanidade que se insinua nas relações atuais de trabalho. Contudo não podemos permitir que isso passe despercebido e acreditar que não existe propostas alternativas, mesmo dentro de um

terreno tão árido e seco como a atual configuração dos ícones de nossa sociedade do consumo.

Precisamos sempre lembrar que vivemos em uma eterna tensão entre competição e solidariedade como negociadores, onde as pequenas sínteses que construímos no cotidiano para tocar nossas vidas, diante do mundo hodierno, nos permitem continuar em nossa história coletiva. Ao olharmos por esse prisma, a discussão entre uma história do mundo como linear, a partir de constante evolução, e uma história de rupturas de discursos hegemônicos, que surgem e tentam organizar e controlar o mundo em determinados momentos, deixa de ter sentido. Parece que isso ganha um novo tom, ou melhor, uma nova configuração: linearmente, vimos insinuando nossa humanidade dentro dos mais diferentes discursos, das mais diferentes formas de organizar o tempo e o espaço, que nós mesmos produzimos e que recaem sobre nós. É como se para resistirmos a esse mundo tivéssemos que resistir a nós mesmos.

Ao construirmos nossa existência em conjunto, competimos com nós mesmos para podermos, em última instância, nos solidarizarmos com nosso processo evolutivo. Entendendo que o ambiente onde existimos é totalmente marcado pela nossa existência, nossa adaptação a ele passa por uma adaptação a nós mesmos em um trabalho constante de nos permitirmos ser o que somos, sem permitir nossa aniquilação, como um equilibrista que, para existir plenamente, tem que desafiar a morte andando amparado apenas por uma linha, que se torna um caminho obrigatório.

A quebra dos muros das fábricas, dos limites das cidades e das paredes das escolas, imaginariamente, nos permite compreender nossa relação dialética com o espaço e enxergar o que está dentro de

tudo isso, sustentando seu funcionamento diário: nós mesmos. Todos os lugares são plenos de vida e morte, de solidariedade e competição, de reprodução e criação, de ação e negociação. Olhar para essas práticas não nos possibilitará uma compreensão infalível, mas, pelo menos, nos permite jogar um pouco de luz sobre as relações entre o mundo do trabalho e as estruturas sociais.

Construímos fronteiras, muros, que como vimos não existem por si só, são sustentados por nós mesmos e por nossas convenções.

Referências:

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6.ed. São Paulo: Cortes, 1999

BENDASSOLI, P. *Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho.* Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.

BIRMAN, J. *Estilo e modernidade em psicanálise.* São Paulo: Editora 34, 1997.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 1994.

DE MASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial.* Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. da UnB, 1999.

EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa.* Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

ENRIQUEZ, E. O Indivíduo Preso na Armadilha da Estrutura Estratégica. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 37, n. 1, jan-mar, p.18-29, 1997.

HAN, B-C. *Sociedade do cansaço.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARTINS, J. S. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário.* São Paulo: Ed. 34, 2008.

PAPARELLI, R.; SATO, L.; OLIVEIRA, F. Saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 36 (123): 118-127, 2011.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. XVI, ns. 1-2, jan./dez. 2001.

SPINK, P. K. A organização como um fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia do Trabalho. *Psicologia e Sociedade*; n. 8 v. 1, p. 174-192, 1996.

WEIL, S. *A condição operária e outros escritos sobre a opressão.* Org. Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Recebido em 2018-09-25
Publicado em 2018-10-09